
CURRÍCULO: INCLUSÃO X EXCLUSÃO SOCIAL E CULTURAL DOS DISCENTES DO NÍVEL UNIVERSITÁRIO

Rosalena Barbosa Mota¹

RESUMO

A pesquisa tem como tema “currículo: inclusão X exclusão social e cultural dos discentes do nível universitário” levantou-se o problema: como o currículo inclui ou exclui os discentes do nível universitário de classe social e cultural menos favorecidas? O objetivo geral é verificar quais os elementos do currículo que inclui ou exclui os discentes do nível universitário de classe social e cultural menos favorecidas, foram definidos os objetivos específicos: discutir as concepções de currículo existente na atualidade para o ensino do nível universitário; identificar elementos no currículo que favoreçam a inclusão ou exclusão social e cultural dos estudantes do nível universitário; destacar como e quando acontecem à inclusão ou exclusão; verificar quais os mecanismos oferecidos pelo sistema educacional do nível universitário que facilita ou dificulta a exclusão ou inclusão social e cultural desses estudantes. A abordagem metodológica é de caráter qualitativo, com base na pesquisa bibliográfica e documental, tendo como técnicas de análise a revisão sistemática e o método de levantamento de dados. Ao concluir a pesquisa percebeu-se a necessidade de constar discussões sobre a temática, ao passo de trazer contribuições para repensá-lo e contribuir na construção do currículo, de modo a favorecer a inclusão social e cultural em vez da exclusão dos discentes do nível universitário.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo; Inclusão/Exclusão; Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo têm ocorrido grandes mudanças que influenciam no meio ambiente, nos seres humanos, e na diversidade cultural de maneira

¹ Pós Graduação em Docência do Ensino Superior – Fundação Visconde de Cairu; Graduanda em Geografia – FTC; Graduanda em Pedagogia – UFBA; Curso de Especialização em Pedagogia Empresarial – ABED; Curso Autoinstrucional Filosofia; Sociologia; Ciências e Tecnologia – FTC; Curso de extensão em Educação Ambiental- FTC.

dinâmica, principalmente, com a inovação dos meios midiáticos e do domínio das novas tecnologias da informação e comunicação.

Nesse sentido, se percebe que essas transformações refletem na exclusão daqueles que não atingiram o patamar socioeconômico da classe dominante e, principalmente, das pessoas sem letramento e não alfabetizadas. A exclusão ainda é um dos grandes problemas da atual sociedade. Assim, para desenvolver o tema Currículo: inclusão X exclusão social e cultural dos discentes do nível universitário se formulou a seguinte questão problema: Como o Currículo inclui ou exclui os discentes do nível universitário de classe social e cultural menos favorecidas? A pesquisa tem como objetivo geral verificar quais os elementos do currículo que inclui ou exclui os discentes do nível universitário de classe social e cultural menos favorecidos, e para subsidiá-la, foram definidos os seguintes objetivos específicos: discutir as concepções de currículo existente na atualidade para o ensino do nível superior; identificar elementos no currículo que favoreçam a inclusão ou exclusão social e cultural dos estudantes do nível universitário; destacar como e quando acontecem à inclusão ou exclusão social e cultural desses discentes; verificar quais os mecanismos oferecidos pelo sistema educacional do nível superior que facilitam ou dificultam a exclusão ou inclusão desses estudantes.

A curiosidade sobre este tema se iniciou no 6º semestre do curso de graduação em pedagogia da Universidade Federal da Bahia - UFBA, a partir de um estágio em coordenação pedagógica no ano de 2014. Neste momento, foi percebido que o currículo do curso superior não favorecia a inclusão dos estudantes considerados de baixo poder aquisitivo.

Mesmo trazendo em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) como um dos princípios fundamentais a inclusão, ou seja, a formação consciente do seu sujeito e seus deveres dispostos a agir com dignidade na sociedade para resolução dos conflitos sociais, culturais, políticos, econômicos e religiosos. No entanto, se compreendeu, em sua Proposta Curricular (PC), um distanciamento dos elementos que favorecessem a inclusão desses discentes deixando evidenciar a exclusão dos mesmos. A partir daí se iniciou o interesse em pesquisar sobre este assunto.

A abordagem metodológica para a realização da pesquisa foi de caráter qualitativa, com base na pesquisa bibliográfica e documental, tendo como técnicas de análise a revisão sistemática e o método de levantamento de dados.

A pesquisa qualitativa prioriza a interpretação dos fenômenos. Ela objetiva compreender, descrever e explicar determinadas situações dando ênfase às deduções lógicas, a fim de decifrar dados ao lidar com seres humanos. (GIL, 1999, P. 42).

A pesquisa tem um caráter pragmático, é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. (GIL, 1999, p. 42)

O procedimento metodológico mais importante para a pesquisa qualitativa passa a ser a interpretação, bem como a avaliação e a apresentação. Pois, de acordo com Gil (op cit), a pesquisa bibliográfica tanto quanto a documental, contribui para que o pesquisador construa um domínio sobre o tema a partir do conhecimento do todo, senão de grande parte, de tudo o que já foi escrito acerca do tema que foi escolhido para investigação.

Logo, com o intuito de melhor elucidar a presente intervenção, se buscou primeiramente o referencial teórico que pudesse subsidiar o estudo. Assim, se fez um levantamento bibliográfico de alguns teóricos, tais como SILVA, (2011), FERNANDES, (2008), GIL, (1999), GOODSON, (1995), MACEDO, (2013), MORAES, (2012), MOREIRA, (2002), SÁ, (2008), SACRISTÁN (2000) e VASCONCELLOS, (2011).

Através do estudo em questão, se constatou que as influências das correntes de pensamento que orientaram a configuração do ensino, e precisamente do currículo, teve origem no começo dos tempos modernos, na Europa. A escola elementar surgiu para atender, sobretudo, as necessidades da nascente burguesia urbana que se constituía neste momento. Ao observar que foram poucas as mudanças ocorridas no processo educacional no decorrer dos anos, se percebe a relevância em pesquisar se o currículo inclui ou exclui no sistema em que prevalecem as relações de poder.

No entanto, os estudos feitos sobre currículo possibilitou a reflexão crítica e coletiva sobre o recorte da Cultura, sobre o conhecimento a ser ensinado e as atividades a serem desenvolvidas. Em suma, para uma compreensão do tema currículo: inclusão X exclusão no seu contexto social e cultural, Macedo (2013) traz todo o significado e esforço que se faz em busca de uma educação igualitária, mediadas pelas culturas. Para tanto, deve se considerar o direito que os estudantes

com sua pluralidade e culturas sejam dignos de uma educação para a vida social. Assim, se possibilita compreender a construção intercultural do currículo de inclusão X exclusão.

Para o autor o currículo não deve ser pensado como uma condenação sociopedagógica ou socioeducacional, mas como um dispositivo educacional poderoso, como resultante da multicriação implicada de atores sociais, via seus pertencimentos e suas afirmações socialmente referenciadas. Portanto, percebe-se que a visão de Macedo (op cit), vai de encontro com Vasconcellos (2011), que diz que a atividade humana como princípio educativo aborda dois elementos da condição humana. São elas: o nascer pronto e o que vai ser construído. O mesmo acontece no âmbito da instituição de ensino: o currículo escolar seja no sentido dos currículos pessoais do aluno e do professor, seja enquanto proposta curricular da formação humana do sujeito.

AS CONCEPÇÕES DE CURRÍCULO

Para uma melhor compreensão das concepções de currículo é necessário que se entenda as necessidades dos estudantes do nível universitário enquanto cidadãos de um sistema no qual se observa o domínio que manifesta nas relações de poder, ou seja, nas relações sociais. Para Macedo (2013) na visão crítica o poder se manifesta através das linhas divisórias que separam os diferentes grupos sociais em termos de classes, etnia, riqueza, gênero e etc. Ainda, de acordo com o autor, essas divisões constituem tanto a origem quanto o resultado de relações de poder. Partindo desse pressuposto entende-se que o currículo está envolvido nas relações de poder.

Desta forma, como o currículo moldado em uma relação de poder pode contribuir para a inclusão e ou exclusão social e cultural dos discentes enquanto sujeitos de uma sociedade dominante? Assim como, a formação plena do sujeito como futuros profissionais de uma sociedade na qual o que prevalece é a relação do poder político, social, econômico e cultural. Nessa perspectiva de poder, Macedo (op cit), considera essa prática tão complexa, e que leva a reflexão de como garantir ao o outro os instrumentos de poder que possibilita-lhe uma aprendizagem digna, em

vez de oferecer um conhecimento no qual dificilmente alcançaria seus direitos à educação como parte de um currículo dito inclusivo.

No entanto, é preciso aferir que, todas as concepções de poder revelam posicionamentos de valor. Sendo assim, é natural, que todo trabalho pedagógico se fundamente em pressupostos de natureza filosófica, social, política e cultural. As instituições de ensino do nível superior e os professores tornam evidentes suas visões de mundo, assumindo assim, posturas mais tradicionais ou mais libertadoras no desenvolvimento do currículo.

O conceito de currículo segundo Sacristán (2000), parte da construção social que preenche a escolaridade de conteúdos e orientações que possibilita analisar os contextos concretos que lhe vão dando forma e conteúdo, antes de passar a ter alguma realidade como experiência de aprendizagem para os discentes. Ou seja, conceber o currículo como uma práxis significa que muitos tipos de ações intervêm em suas configurações, isso quer dizer que, o processo ocorre dentro de algumas condições concretas, que se configuram dentro de um mundo de interações culturais e sociais.

De acordo com Sacristán (2000), o currículo modela-se dentro de um sistema escolar concreto, e dirige-se a professores e alunos. Desta maneira, ele serve para compreender a prática educativa institucionalizada e as funções sociais das instituições do nível superior. Desta forma, o currículo é o instrumento que se relaciona com as instituições formando um determinado sistema social. Estes são dotados de conteúdo e práticas que se expressam quase que universal em todas as instituições educativas do nível superior. Para Sacristán, (2000):

Os currículos são a expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento, enquanto que através deles se realizam os fins da educação no ensino escolarizado. Por isso, querer reduzir os problemas relevantes do ensino à problemática técnica de instrumentar o currículo supõe uma redução que desconsidera os conflitos de interesses que estão presentes no mesmo. [...] O sistema educativo serve a certos interesses concretos e eles se refletem no currículo. Esses sistemas se compõem de níveis com finalidade diversa e isso se modela em seus currículos diferenciados. As modalidades de educação no mesmo intervalo de idade acolhem diferentes tipos de alunos com diferentes origens e fim social e isso se refletem nos conteúdos a serem cursados em um tipo ou outros de educação. (SACRISTÁN, 2000, p. 17)

De acordo com o autor, as instituições do nível superior em geral, ou qualquer tipo de instituição, sob qualquer modelo de educação, acabam adotando posições e

orientações seletivas frente à cultura que é construída no currículo que transmite. Assim, o sistema educativo serve aos interesses políticos e ele se reflete no currículo através das suas modalidades e composições na qual são moldadas como um currículo diferenciado.

Vasconcellos (2011), afirma que existem muitos conceitos de currículo, sendo cada um marcado por sua respectiva visão de mundo tais como: reflexão do lugar social, político, histórico e geográfico do sujeito que o enuncia, ele nada mais é se não a intervenção e ação subjetivas de docentes e discentes.

Já na visão de Goodson (1995, p.19), dentro da perspectiva do conceito de currículo se entende como uma extensão de debates e conflitos, ou seja, a promoção do conceito de “currículo como fato” responde pela priorização do “estabelecimento” intelectual e político do passado, tal como está inserido no currículo escrito. Enquanto que, “o currículo como prática” dá precedência à ação contemporânea e faz concessões à ação contraditória, anômala ou transcendente em relação à definição pré-ativa. Em síntese, entende-se que na visão do autor o conceito de currículo, partindo de duas definições, deve ser compreendido como um fato e como prática.

Diante da construção de um currículo que possa atender a sociedade, se torna necessário que sejam indagadas e superadas todas as práticas construídas em prol de uma cultura seletiva, excludente, segregadora e classificatória na organização do conhecimento que vem acompanhada das transformações políticas, sociais e histórica do país. Segundo Sá, (2004, p. 68):

O currículo é o meio pelo qual se dá o acesso aos saberes selecionados e organizados de acordo com os propósitos da sociedade, com as orientações oficiais e com as intenções da escola para desenvolver essas aprendizagens. Muitas vezes a formação é definida como algo que se produz na forma de uma finalidade técnica, de uma meta traçada para padronizar os percursos formativos. Sem dúvida, todo processo educativo tem uma intencionalidade, cada proposta curricular e cada dinâmica curricular traduzem uma resposta de uma dada sociedade em função da formalização dos processos educativos para os sujeitos que a compõem, mas já vimos até aqui que, por mais que sejam prescritas orientações e formas de padronização de percursos, o currículo, em seu desenvolvimento, envolve contestações, envolve produção de novos significados por parte dos sujeitos da educação. (SÁ, 2004, p. 68).

Com base no pensamento do autor, o sistema escolar como a sociedade deve avançar para alcançar o ideal democrático de justiça e igualdade, bem como de garantir os direitos sociais, culturais e humanos para todos. É importante também

que todos saibam que a tarefa de captar, modificar e transformar o currículo é de todo o coletivo de profissionais do sistema educacional, professores, coordenadores pedagógicos, diretores, dirigentes federais e estaduais, profissionais das secretarias e do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Por outro lado, ao observar o cotidiano nas instituições do nível superior na maioria das vezes o que se constata é que poucas mudanças substanciais ocorreram. Um fator que contribui para isto é o distanciamento entre o Projeto Político-Pedagógico e a Proposta Curricular, tornando o currículo desvinculado dos valores e dos princípios pedagógicos que são enunciados no PPP como proposta implementadora da inclusão. Para Vasconcellos (2011), tanto a atividade docente quanto a discente estão, em grande medida, condicionadas pela configuração do currículo que se assume na instituição de ensino.

Com base em Silva (2002), a **exclusão** social ocorre nas instituições de nível superior devido à supervalorização do conhecimento do professor e da instituição atender aos interesses de grupos sociais dominantes, ou seja, só quem detém o poder é quem determina o conhecimento legítimo. Portanto, é dessa forma que o conhecimento é organizado, distribuído no sistema educacional e é nesse mesmo sentido que o currículo se articula com o poder na sociedade através da ideologia.

Ainda Silva (op cit), a **inclusão** ocorre através da seleção cultural, no entanto, a mesma torna-se importante para a desnaturalização do currículo através dos seus estudos crítico. Além de apontar que é mediante a seleção cultural, ou seja, o que é definido como legítimo a ser ensinada nas instituições de ensino do nível superior, tem influências políticas, econômicas, sociais e culturais.

Dessa forma, os conhecimentos considerados mais valorizados são aqueles que incluem tradições culturais de grupos e classes dominantes e, conseqüentemente, excluem as tradições culturais de classes e “grupos subordinados”. Portanto, a seleção do conhecimento passa a ser o resultado de lutas, conflitos e negociações. Dessa forma, o currículo passa a ser culturalmente determinado, historicamente situado, e não pode ser desvinculado da totalidade do social. Sendo assim, se entende o currículo como um artefato social e cultural que é produzido historicamente, de acordo com as determinações sociais, culturais, econômicas e políticas.

Logo, com base nos estudos feitos e de acordo com Silva (op cit), significa dizer que o currículo é colocado no modelo mais amplo de suas determinações social, da história e de sua produção contextual. Ou seja, não se deve considerar o currículo como um elemento que não é culpado de transmissão desinteressada do conhecimento social. Ele está implicado em relações de poder, portanto, o currículo transmite visões sociais, particulares e interessadas, sendo assim, deve-se considerar que o currículo produz identidades individuais e sociais particulares.

Assim sendo, o currículo é visto também como ideologia, pois, no final do século XX, ocorreram as formas das relações sociais capitalistas que contribuíram para o surgimento de uma ideologia que visava buscar, principalmente a reorganização das frações empresariais.

Com o intuito de definir novas linhas de ações coletivas sobre as questões sociais, nesse sentido, articula-se o conceito de ideologia à relação de poder e à questão de interesse que, de acordo com Silva (2002, p. 28), “significar contestar a noção de conhecimento como representação da realidade submetido na perspectiva “epistemológica” de ideologia”.

Portanto, o currículo não pode ser visto separado da ideologia na teorização educacional, assim como, sociedade, cultura e currículo são inseparáveis na perspectiva de transmitir a cultura de uma sociedade. Segundo Silva (2002), é neste aspecto que a educação se depara em contradição tais como: se acredita que é a responsável pela exclusão social, assim como, dos desmantelamentos do tecido social. Porém, é notável que a educação tem o objetivo essencial de resgatar o desenvolvimento do ser humano na sua dimensão social e cultural baseado na inclusão do cidadão na sociedade.

Desta forma, as teorias educacionais e curriculares mais novas evidenciam no currículo a necessidade de discutir suas disciplinas, seus conteúdos, suas singularidades, assim como, suas formulas e códigos.

Destarte, se questiona qual o conceito de currículo, se não um conjunto de aprendizagem, oportunizado aos estudantes no ambiente escolar. É neste ângulo que o currículo deve ser entendido. Assim, se entende que identidade cultural ou social é o conjunto de características que os grupos sociais definem como grupos, ou seja, aquilo que eles são de acordo com sua cultura. No entanto, é isso que

possibilita entender o quanto o currículo está relacionado com a produção de identidade.

É em virtude disso que deve ser considerado o paradigma da inclusão e da responsabilidade social incorporada à ideologia. Pois, embora as instituições educacionais tenham operado para distribuir valores ideológicos e conhecimentos, elas não se resumem apenas a isso. Como sistema institucional ela também ajuda a produzir o tipo de conhecimento necessário à manutenção das composições econômica, política e cultural vigente.

Segundo Macedo (2013), as instituições do nível superior fazem a sua política curricular pela “sociopoiésis” da sua práxis cotidiana. Portanto, há uma cultura curricular intensa instituída por ela ao eleger conhecimentos que formam. Ou seja, currículo como cultura e ação política.

Ainda de acordo com o autor, essa cultura resgata a ética e recupera os valores morais que foram excluídos pelo projeto de ciências racionais, e baseia-se em uma antropologia filosófica em que todos os seres humanos merecem dignidade sem hierarquização de classe na qual oportuniza uma ética humana universal-singular.

Daí, a importância de se referir ao currículo como identidade cultural quando relaciona o com as subjetividades, que vão além dos conhecimentos, considerando também como uma questão de identidade cultural e social.

Segundo Silva (2011), o currículo é simplesmente uma mecânica, ou seja, atividade supostamente científica do especialista em currículo que não passa de uma atividade burocrática. O conceito central nessa perspectiva é “desenvolvimento curricular”. No entanto, para melhor se entender as teorias curriculares torna-se necessário que se entenda como a escola transmite a ideologia.

Desta forma, não se pode esquecer a ideologia atual de forma discriminatória. Essa inclina as pessoas das classes subordinadas à submissão e a obediência, enquanto as pessoas das classes dominantes aprendem a comandar e a controlar. Com relação a isso Silva (2011), diz que essa diferenciação é garantida pelos mecanismos seletivos que fazem com que os cidadãos das classes dominadas sejam expedidos das instituições do nível superior, por serem considerados o nível nas quais se aprendem os hábitos e habilidades próprios das classes dominantes.

É importante que se entenda qual o papel da educação e das instituições do nível superior, ou seja, como as instituições do nível superior e a educação contribuem para que a sociedade continue sendo capitalista. Isso ocorre devido às instituições contribuir para a reprodução da sociedade capitalista ao transmitir, através das matrizes curriculares, as crenças que fazem ver os arranjos sociais existentes como bons e desejáveis.

No entanto, a construção cultural da identidade não passa de uma construção simbólica, ou seja, o domínio simbólico por excelências que dão significado e atua através de mecanismos educacionais. De acordo com Silva (2011), ao definir a cultura dominante como sendo a verdadeira cultura, esta acaba adquirindo força. Ou seja, os valores, os hábitos e costumes, os comportamentos da classe dominante acabam por se tornar os que são considerados como constituinte da cultura, enquanto que a cultura de outras classes pode ser classificada como qualquer outra coisa, menos cultura.

Portanto, percebe-se, que a exclusão social começa desde o momento da construção cultural da identidade social das classes sociais. Acredita-se que a história do currículo faz perceber o conhecimento corporificado no currículo não como algo fixo, mas como um artefato social, cultural e histórico, sujeito a mudanças e flutuações. Ou seja, o currículo bem como, o conhecimento atualmente não foi estabelecido, já que em alguns pontos privilegiados do passado, eles estão em constante fluxo de transformações.

Desta forma, compreende-se com Silva, que a educação institucionalizada representa uma espécie de condenação do social em cima dos diferentes grupos sociais e culturais que refletem e projetam suas visões e expectativas tais como: tradução, translação, e transporte, do campo social e cultural.

Sacristán (2000) traz que o currículo se relaciona com a instrumentalização concreta que faz das instituições do nível superior, assim como das instituições escolares, um determinado sistema social, pois é mediante o currículo que se determina os conteúdos. Tal missão se expressa por meio de uso quase que universalizado em todos os sistemas educativos, seja por condicionamentos históricos seja pelas peculiaridades de cada contexto, que se expressem em ritos, mecanismos que adquire suas especificidades em cada sistema educativo.

Assim, o currículo é uma prática e expressão da função socializadora e cultural que as instituições do nível superior têm que reagrupar em torno dele uma série de subsistemas ou práticas diversas. Entre as quais se encontram as práticas pedagógicas desenvolvidas em comportamentos práticos diversos para que atendam as múltiplas necessidades dos estudantes que se sintam excluídos do projeto de cultura e socialização, realizados através de seus conteúdos.

Dessa forma, com o intuito de promover a inclusão dos mesmos, pode se dizer que o currículo se modela dentro de um sistema escolar concreto, dirigindo a determinados professores e alunos. Serve também a determinados meios, cristalizado, em um contexto no qual dar o significado real seja de exclusão ou inclusão.

Nessa perspectiva Macedo (2013), afirma que na maioria das vezes as políticas de afirmação dificilmente provaram o êxito que em geral prometem. Dessa forma, cabe pensar nos equívocos ideológicos dos movimentos afirmativos que facilmente se deixam apropriar pelas seduções dos poderes de aparência liberalista, acreditando que essas estratégias trará emancipação.

Conseqüentemente, é necessário que se entenda que antes de se planejar e implementar currículos que se dizem inclusivos, é importante, construir cenários educacionais verdadeiramente acolhedores, possibilitadores de uma prática educativa de competências aprovadas, confiáveis e coletivamente constituídos. Ou seja, tais currículos devem garantir ao o outro os instrumentos de poder para conquistar uma aprendizagem digna.

Porém, Moreira (2002, p. 7), nos diz que “o currículo é considerado um artefato social e cultural”. Ou seja, significa entender que ele é moldurado e colocado no topo das suas determinações sociais, de sua história, assim como de suas produções contextuais.

Portanto, compreende-se com Vasconcellos (2011), que o currículo é feito de sujeitos concretos, marcados, portanto, por seus tempos de vidas, identidades, trajetórias, gêneros, orientações sexual, etnia, classe social, religião e cultura. Sendo assim, para sua concretização, há sempre a necessidade da mediação humana qualificada. Isso que dizer que a colaboração é importante para a concretização de um currículo que tem a centralidade na pessoa, no ser humano.

Para isso, se torna necessário compreender e entender as atividades do professor, dos alunos, dos demais agentes que interferem nas instituições do nível superior, assim como, o que a influencia e quais os fatores que interferem nas atividades do sujeito.

No entanto, é necessário que se trabalhe com um currículo que assuma compromisso e tenha com finalidade a humanização plena, que privilegia o sujeito, entenda a estrutura e dinâmica da atividade humana, finalizando assim, a inclusão desses sujeitos, enquanto opressor de um sistema seletivo. Ao buscar trabalhar com uma teoria que tenha como fundamento a atividade humana não quer dizer que vai reduzir a complexidade do real. Ao contrário, se entendem como sendo uma maneira de reconhecê-la, de tê-la numa aproximação mais cuidadosa e, que reflete na diversidade, pluralidade e heterogeneidade. Assim como a consciência da impossibilidade de previsão determinista, enfim, a marca sensível da atividade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos feitos sobre o tema “currículo: inclusão X exclusão social e cultural dos discentes do nível universitário”, foi possível entender que o currículo, ao se expressar através de uma práxis, adquire significado definitivo para os discentes e para os docentes nas atividades que são realizadas.

E é nessa realidade que essa depuração permite que seja incluído ou excluído no sistema educacional. Porém, Sacristán (2002), traz que o currículo é ponte entre a teoria e a ação entre intenções ou projetos e realidade. Sendo assim, é preciso analisar a estrutura da prática onde fica moldado o processo da ação na qual determina o fator da inclusão e em consequência à exclusão desse discente que estão inseridos no sistema educacional do nível superior.

Portanto, ao se trabalhar com um currículo voltado para a ação humana possibilita a compreensão do sujeito como cidadãos do mundo e que tem o direito de estar suficientemente integrado aos instrumentos da realidade cultural, para que se possam interagir com o mundo, ou seja, preparados para elaborar as informações nele produzidas e que afetam a vida desses sujeitos como cidadãos.

No entanto, para o indivíduo poder sobreviver no seu universo cultural, é importante que se perceba que mudanças são exigidas com o intuito de que se tenha uma atuação participante e transformadora da realidade, portanto, é papel do currículo oferecer as condições mínimas para esses sujeitos na inclusão em um novo cenário mundial considerado conhecimento.

Em suma, de acordo com o resultado da pesquisa e com a compreensão com Moraes (2012), as exclusões ocorrem devido o currículo está centrado no paradigma tradicional, ou seja, a organização do ensino é voltada para um modelo de organização burocrática. Isso quer dizer que sua estrutura é organizada de forma hierarquizada, na qual a maioria das decisões é tomada fora da realidade dos alunos.

Para o futuro, deve-se pensar em um currículo que parta de alguns questionamentos que possibilite a inclusão dos estudantes ditos como oprimido de um sistema em que prevalecem as relações de poder. Dessa forma, se entende que o currículo deve ser construído mediante alguns questionamentos, tais como: o que devem fazer para que esquemas rígidos e estruturados deixem de existir para dar espaço aos sistemas mais leve, abertos, dinâmicos, soltos, amplos, e flexivos? No entanto, para que isso venha acontecer torna-se necessário que mudanças administrativas e curriculares sejam feitas.

Assim, é necessário que se tenha nos currículos novas posturas sinalizadoras de novas opções e novos caminhos para incluir em vez de excluir esses discentes do nível universitário.

Portanto, os modelos curriculares baseados em princípios e métodos decorrem das novas formas de pensar e compreender o mundo, isso, leva há uma reflexão na maneira de conceber um currículo em que tenha maior correspondência com paradigmas da inclusão desses estudantes. Para isso é importante desenvolver uma proposta curricular que compreenda o ser humano, o mundo e a educação como de sistemas abertos, inacabados, e em constantes evoluções.

Enfim, devemos partir do pressuposto de que o currículo não é um pacote fechado, mas algo construído, em que emergem da ação do sujeito em interação com o outro, com o meio ambiente, e a cultural. Ou seja, para construir um currículo em ação e pensar em processo de inclusão, é necessário pensar na ação do sujeito sob o mundo e deste sob aquele, pois ambos se transformam e reinventam.

Em suma, é importante incluir o sujeito no processo educacional em vez de excluí-lo. Pensar um processo de inclusão é pensar um currículo que leve em consideração à interdisciplinaridade reconhecendo as relações existentes entre os conteúdos disciplinares e as relações culturais, onde os fatos são interpretados nas matrizes curriculares. Esses devem ser gerados no próprio processo educacional, ou seja, baseados nas transformações realizadas com as peculiaridades locais. Logo as observações das relações culturais é o que permitem a construção de um currículo contextualizado, datado, enraizado no local, na história de cada um e de cada comunidade promovendo, assim, a inclusão e não a exclusão dos discentes do nível superior.

Enfim, ao concluir a pesquisa percebe-se a necessidade de constar discussões sobre a temática, ao passo de trazer contribuições para repensá-lo de modo a favorecer a inclusão em vez da exclusão dos discentes em formação universitária.

CURRICULUM: INCLUSION X SOCIAL AND CULTURAL EXCLUSION OF UNIVERSITY LEVEL

ABSTRACT

The research has as its theme "curriculum: X inclusion social and cultural exclusion of students of university level" rose the problem: as the curriculum includes or excludes students of university level social and cultural class of underprivileged? The overall objective is to ascertain which elements of the curriculum that includes or excludes students of university level social and cultural class of underprivileged, the specific objectives were: to discuss the existing curriculum concepts today for the university-level education; identify elements in the curriculum for the inclusion or social and cultural exclusion of students of university level; out as and when they happen to the inclusion or exclusion; check the mechanisms offered by the educational system of the university level that facilitates or hinders the exclusion or social and cultural inclusion of these students. The methodological approach is qualitative, based on documentary and bibliographical research, with the technical analysis of the systematic review and the data collection method. After completing the research we realized the need to include discussions on the subject, while bringing contributions to rethink it and contribute in curriculum development in order to promote social and cultural inclusion rather than exclusion of students of university level .

KEYWORDS: Curriculum; Inclusion / Exclusion; Higher education.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- FERNANDES, Cláudia de oliveira. **Indagações sobre currículo: currículo e avaliação** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação básica, 2008.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOODSON, Ivor F. **Currículo: Teoria e história**. Petrópolis. RJ: Vozes, 1995.
- MACEDO, Roberto Sidnei, **Atos de Currículo e autonomia pedagógica: o socioconstrucionismo curricular em perspectiva**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2013.
- _____, **Currículo, Diversidade e equidade: Luzes para uma educação antecrítica**, Salvador: EDUFBA, 2007.
- MORAES, Maria Cândida. O paradigma educacional emergente, 16ª ed.- Campinas, SP: Papyrus, 2012.
- MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa e Tomaz Tadeu da Silva. **Currículo, cultura e sociedade** (orgs.); 6. Ed. São Paulo, Cortez, 2002.
- SÁ, Maria Roseli G. de. **Currículo: concepções, campo de estudo e relações**. Material didático utilizado na disciplina EDC 283: Currículo. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Departamento de Educação I, 2008. Digitado.
- SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**, uma reflexão sobre a prática, 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SILVA, Tomaz Tadeu. **Documento de identidade**; uma introdução as teorias do currículos, 3ª ed. Belo Horizonte: Autentica 2011.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos, 1956- **Currículo: a atividade humana como princípio educativo**, 3ª ed. São Paulo: Libertad, 2011.